

Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLOA de 2013
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª.
Região – SP e Justiça do Trabalho

Para as **Despesas de Pessoal e Encargos Sociais**¹ do **TRT da 2ª Região** – São Paulo, está destinado R\$ 1,382 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 – PLOA 2013, conforme abaixo².

Em 2012, o Orçamento Autorizado até o dia 22/09/2012, é de R\$ 1,402 bilhões, ou seja, há uma diminuição na dotação de R\$ 19,7 milhões, ou de 1,41%.

Projeto/Atividade	PL 2013	AUTORIZADO 2012	Aumento R\$	Aumento %
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	372.045.030	406.771.691	(34.726.661)	-8,54%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	162.917.426	155.731.366	7.186.060	4,61%
Pagamento de Pessoal Ativo da União	847.556.878	839.788.957	7.767.921	0,92%
Total	1.382.519.334	1.402.292.014	(19.772.680)	-1,41%

No entanto, nos valores Autorizados para 2012, assim como em outros anos, havia as Despesas com Sentenças Judiciais – SJ e com Exercícios Anteriores - DEA, que em princípio não constam dos montantes do PLOA 2013, já que os valores para esses fins ficam alocados inicialmente no orçamento da Justiça do Trabalho – JT no Tribunal Superior do Trabalho – TST.

¹ Posteriormente será enviado texto com a análise do Total do Orçamento do TRT e da JT, incluindo as outras despesas que constam do orçamento.

² Há um arquivo anexo a este texto, que traz mais informações a respeito, com tabelas, fonte de dados, metodologia, e gráficos.

Assim, para uma comparação mais adequada, é necessário retirar dos valores de 2012, o que foi executado de SJ e DEA.

Desta forma o valor do orçamento de 2012 é de 1,313 bilhões, havendo, portanto, aumento, de R\$ 68,9 milhões ou de 5,25%.

Embora seja muito difícil de ocorrer, em tese, esses valores poderão ter mudança, pois o PLOA 2013 terá que ser aprovado pelo Congresso Nacional e voltar para sanção do Poder Executivo.

Também os valores Autorizados de 2012, poderão ainda durante o exercício ter créditos ou cancelamentos de dotação, ou mesmo pagamento de mais valores de SJ e DEA, o que fará aumentar a proporção de um ano para o outro.

<i>Projeto/Atividade</i>	<i>PLOA 2013</i>	<i>AUTORIZADO 2012 Sem SJ e DEA</i>	<i>Aumento R\$</i>	<i>Aumento %</i>
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	372.045.030	366.095.863	5.949.167	1,63%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	162.917.426	155.731.366	7.186.060	4,61%
Pagamento de Pessoal Ativo da União	847.556.878	791.718.527	55.838.351	7,05%
Total	1.382.519.334	1.313.545.756	68.973.578	5,25%

Para toda a **Justiça do Trabalho** está destinado, para as **Despesas de Pessoal e Encargos Sociais**, no PLOA 2013, o montante de R\$ 11,8 bilhões.

Em 2012 até 22 de setembro, estava Autorizado um gasto de R\$ 11,4 bilhões.

Assim, há um aumento de R\$ 401 milhões, ou de 3,51% no total do orçamento da JT.

Projeto/Atividade	PL 2013	AUTORIZADO 2012	Aumento R\$	Aumento %
Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões	342.621.551	-	342.621.551	#DIV/0!
Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo	476.312.787	-	476.312.787	#DIV/0!
Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)	34.768.335	-	34.768.335	#DIV/0!
Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações	9.065.848	22.029.259	(12.963.411)	-58,85%
A CLASSIFICAR	-	12.745.750	(12.745.750)	-100,00%
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	2.471.917.261	2.795.393.777	(323.476.516)	-11,57%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1.274.402.849	1.299.355.800	(24.952.951)	-1,92%
Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo	124.330.709	110.740.269	13.590.440	12,27%
Pagamento de Pessoal Ativo da União	7.105.011.915	7.196.809.565	(91.797.650)	-1,28%
Total	11.838.431.255	11.437.074.420	401.356.835	3,51%

Porém, também conforme colocado acima, para uma melhor comparação é importante retirar do orçamento de 2012 os valores relativos às SJ e DEA.

Dessa forma o valor do orçamento de Pessoal e Encargos Sociais, sem SJ, e DEA, é de R\$ 10,6 bilhões, passando o aumento no orçamento para expressivos R\$ 1,224 bilhões ou de 11,54%.

<i>Projeto/Atividade</i>	<i>PLOA 2013</i>	<i>AUTORIZADO 2012 Sem SJ E DEA</i>	<i>Aumento R\$</i>	<i>Aumento %</i>
Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões	342.621.551	-	342.621.551	#DIV/0!
Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo	476.312.787	-	476.312.787	#DIV/0!
Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)	34.768.335	-	34.768.335	#DIV/0!
Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações	9.065.848	22.029.259	(12.963.411)	-58,85%
A CLASSIFICAR	-	12.745.750	(12.745.750)	-100,00%
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	2.471.917.261	2.434.963.934	36.953.327	1,52%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1.274.402.849	1.282.704.792	(8.301.943)	-0,65%
Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo	124.330.709	110.740.269	13.590.440	12,27%
Pagamento de Pessoal Ativo da União	7.105.011.915	6.750.671.963	354.339.952	5,25%
Total	11.838.431.255	10.613.855.967	1.224.575.288	11,54%

Há no anexo V do orçamento uma dotação de R\$ 1.097.662.553, para a revisão geral da remuneração dos servidores do Poder Judiciário Federal - PJF.

Esse montante é relativo ao “acordo” que teriam chegado o STF com o Poder Executivo, para o pagamento de 1ª parcela do PL 4363-2012.

Tal valor ainda **não** está incluído no orçamento do Poder Judiciário Federal, porém está “reservado” no PLOA 2013.

Também no mesmo Anexo V, do PLOA 2013, a título de “*CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, A QUALQUER TÍTULO, EXCETO REPOSIÇÕES*” há um montante de R\$ 183.666.499, somente para a Justiça do Trabalho, que em princípio não estão incluídos nas dotações, que está “reservado”.

Para o TRT da 2ª. Região – São Paulo, no Anexo V, não há nenhum montante para a Criação de Cargos.

Durante o transcorrer da execução orçamentária em 2013, serão realizadas estimativas sobre as possibilidades de sobras orçamentárias nas despesas de pessoal e nas outras rubricas.

Mas já é possível adiantar que em nível nacional, a Justiça do Trabalho – JT teve um aumento significativo no orçamento para as despesas de pessoal e encargos.

Em 2010 foram criados três novos Projetos/Atividade, abaixo discriminados, fruto de um acordo entre o Poder Judiciário e Executivo, de parcelamento dos passivos em 4 anos:

1-“*Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões*”.

2- “*Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo*”.

3- “*Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros*

URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)”

No PLOA 2013, para o pagamento de passivos aos inativos e pensionistas foi destinado R\$ 342,6 milhões, montante bem maior que os R\$ 307,9 milhões do PLOA de 2012.

Para os retroativos do pessoal ativo, o orçamento é de R\$ 476,3 milhões. No PLOA de 2012, estava previsto R\$ 469,1 milhões.

E, há mais R\$ 34,7 milhões para a Contribuição à Previdência, decorrentes do pagamento desses passivos. Valor igualmente maior do que os R\$ R\$ 26,4 milhões, do PLOA de 2012.

No PLOA 2013, no total para o pagamento de passivos das há uma de dotação de R\$ 853 milhões, valor superior do que os R\$ 803 milhões previstos no PLOA de 2012.

Como sempre, além desses montantes, previamente destinados para o pagamento de dívidas, existe também “margem” nos orçamentos anuais.

Ou seja, poderá ocorrer pagamento de passivos em valores maiores do que o previsto no PLOA de 2013 como vem ocorrendo nos últimos, mesmo depois da criação da rubrica própria para o pagamento dos passivos.

Essa margem, está praticamente toda no orçamento do Tribunal Superior do Trabalho - TST, mesmo existindo também sobras nos Tribunais do Trabalho nas Regiões.

Porém nos Regionais elas ocorrem em menor grau.

O TST, a partir dos montantes nas rubricas de pagamento de passivos, e das sobras no orçamento regular, durante o exercício vai remanejando para os TRT nas Regiões.

Assim, a partir do que foi exposto, o quadro orçamentário em 2013 é MUITO FAVORÁVEL na Justiça

do Trabalho para o pagamento de passivos, em proporção ainda maior do que em 2012.

Mesmo considerando-se um pequeno aumento ou até mesmo redução no orçamento de algum TRT.

Também como de praxe, a maior parte do que é pago relativo aos passivos é destinado aos magistrados, restando aos servidores, cada vez mais uma proporção menor do orçamento para esse fim.

Dessa forma é importante a mobilização dos servidores, dos Sindicatos e da Fenajufe, no sentido de se alcançar uma maior equidade no pagamento das diferenças devidas à categoria judiciária.

São Paulo, 08 de outubro de 2012.

Washington Luiz Moura Lima
Coordenador do Departamento Econômico
Do Sintrajud/SP